



ROMPENDO TABUS: A SUBJETIVIDADE ERÓTICA NO TRABALHO DE CAMPO

LUIZ FERNANDO ROJO*

resumo: Entre os diversos conselhos que Evans-Pritchard conta ter recebido antes de iniciar sua pesquisa entre os Azande, encontra-se o de Seligman, que recomendou que, em campo, ele devia “afastar-se das mulheres”. Mais de sessenta anos depois desse trabalho e apesar de toda a reflexividade incorporada à observação participante e à produção do texto etnográfico, o conselho de Seligman parece ter sua validade praticamente inquestionada, senão na prática concreta da Antropologia, pelo menos de forma explícita na elaboração das etnografias. Neste artigo, seguindo as críticas à ausência da discussão sobre a subjetividade erótica dos pesquisadores em campo, realizada por Kulick e Willson, reflito sobre os impactos de meu envolvimento amoroso em campo, tanto na elaboração de minha identidade frente ao grupo pesquisado e no conseqüente acesso a determinados espaços sociais, quanto na discussão sobre as questões éticas da pesquisa antropológica.

palavras-chave: observação participante; ética; subjetividade erótica.

abstract: Evans-Pritchard received varied advices before he started his research among the Azande. Seligman’s advice was to keep away from women during the fieldwork. More than 60 years after his work was published in spite of all reflexivity brought into participant-observation and production of ethnographies, Seligman’s advice seems unquestioned, if not in anthropology’s everyday practice, at least in the ethnographic writing. In this article, following Kulick and Willson’s criticism as to the absence of discussion about fieldworkers’ erotic subjectivity, I explore the impacts of my love relationship in my fieldwork, both in working out my identity for the group researched and to the resulting access to social spaces as well to the discussion about ethic issues in anthropology.

key-words: participant observation; ethics; erotic subjectivity.

Apresentação

Este artigo é uma reflexão sobre uma parte de minha experiência de campo na

comunidade naturista Colina do Sol (RS), realizada entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, além de uma primeira visita em janeiro de 2001. Esta reflexão combina um aspecto extremamente

* Mestre em ciências sociais pela UERJ e doutorando em ciências sociais pela UERJ.

artigos

pessoal, no seu grau mais elevado de intimidade, para um “ocidental”, que é a exposição de sua vida amorosa-sexual, com questões que considero fundamentais, não apenas para permitir uma melhor compreensão das circunstâncias nas quais desenvolvi meu trabalho de campo, mas também para situar algumas características centrais desse grupo.

Nesse sentido, tenho consciência de estar “rompendo tabus” ao transpor para o texto etnográfico um tema que, de forma silenciosa, convencionou-se que devia permanecer “nos corredores dos congressos e nas mesas de bar”, como ouvi mais de uma vez, seja de forma jocosa, seja como advertência séria. Entretanto, quando esses assuntos “iluminam pouco mais do que as odisséias pessoais do pesquisador, eles podem permanecer como ‘histórias de campo’, quando as expectativas e os encontros sexuais são partes do discurso público e a participação do pesquisador é relevante analiticamente nesse discurso, então existe uma boa razão para escrever sobre isso” (Warren, 1988:63).

Dessa forma, tenho clareza de que silenciar sobre minha vida amorosa e sexual em campo equivaleria a silenciar sobre partes fundamentais do encontro antropológico, tal como ele efetivamente ocorreu nessa situação. Apenas uma possível objeção por parte de minha companheira, o que não ocorreu, poderia ser, nessas condições, um fator impeditivo para inserir o tema da subjetividade erótica dos antropólogos em campo na agenda de discussões da antropologia brasileira.

Com esse trabalho, portanto, procuro alcançar um duplo objetivo. Em primeiro lugar, refletir sobre uma experiência

concreta que teve impactos decisivos na construção de minha pesquisa sobre as relações de amizade na comunidade naturista da Colina do Sol. O segundo objetivo é justamente o de incorporar a discussão da sexualidade, tal como já foi feito com a dimensão do gênero, na análise das relações estabelecidas por antropólogos em campo.

Empatia e sexualidade

Muitas das informações que recebemos sobre como desenvolver o trabalho de campo, seja no período de graduação ou de pós-graduação, enfatizam a importância de constituir uma “empatia”¹ com o grupo pesquisado e, principalmente, com os “informantes-chave”. No entanto, é no mínimo curioso perceber que muito pouco é discutido sobre como construir essa empatia e quais os limites, com exceção de alguns princípios éticos gerais, que essa identificação deve ter. Assim, “esta necessidade misteriosa do trabalho de campo antropológico”, como a definiu Geertz (1989), tanto pode ser estabelecida através de uma fuga em comum com os balineses (o que, para o próprio Geertz, não deveria ser uma receita), quanto pode ser uma consequência quase imediata da cotidianidade do trabalho de campo, auxiliada por doações regulares de fumo (Malinowski, 1976).

Podemos atribuir esta lacuna à noção, longamente repetida na história da antropologia – presente desde as observações sobre o trabalho de campo

1 Mesmo Geertz (1994), que critica a empatia como conceito, defende a necessidade de se estabelecer algum grau de relação de proximidade com os sujeitos pesquisados.

feitas por Evans-Pritchard (1978) –, de que, excluindo as discussões sobre pesquisas já realizadas e alguns conselhos práticos de entrada em campo, a observação participante não pode ser ensinada, dado o seu caráter extremamente subjetivo e a variabilidade de situações concretas de pesquisa.

Entretanto, quando se trata da questão da sexualidade do antropólogo em campo, esse silêncio parece ser muito mais expressivo. Nesse aspecto “parece existir um tipo de regra não escrita, não falada, e, na maior parte, não questionada sobre a ética do sexo em campo, que todos os estudantes de antropologia de algum modo absorvem durante sua educação. Essa regra pode ser sintetizada em duas palavras: *não faça*” (Kulick, 1995:10).

Foi exatamente essa regra que me tirou o sono por toda uma noite, ainda em minha primeira ida ao campo, quando me vi tensionado entre a atração por uma pessoa dessa comunidade, que exatamente naquela noite havia deixado claro a reciprocidade desse interesse, e um “código de conduta em campo” que, embora nunca explícito, como Kulick afirma, trata a vida sexual dos antropólogos como um tabu tão rigoroso que apenas pode ser mencionada nas anedotas e fofocas de corredor.

Dessa forma, ainda que os reflexos de dois anos de relacionamento afetivo e sexual com Miriam² estejam presentes, de forma direta ou indireta, em diversos momentos de minha reflexão sobre o naturismo, o que é um dos motivos principais da necessidade de tornar público um relacionamento privado, creio que é necessário realizar uma discussão mais

profunda sobre este tema, questionando os motivos desse silêncio e aprofundando a propalada “reflexividade”, tão em voga nos textos etnográficos mais recentes.

Pretendo, dessa forma, contribuir para a superação desse tabu na antropologia brasileira, seguindo o caminho trilhado por Kulick e Willson em seu livro *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork* (1995). Este trabalho, em que reflito sobre como ter me tornado namorado de uma pessoa no campo foi um fator importante na constituição do meu olhar sobre o grupo e, de forma particularmente incisiva em ambientes naturistas, na relação que o grupo desenvolveu comigo durante a pesquisa, é um primeiro passo nessa direção.

O encontro

Havia acabado de montar minha barraca no camping para fazer minha primeira visita ao campo. Enquanto esperava o retorno de Vagner, com quem tinha feito meus primeiros contatos, ainda por telefone, para sondar a possibilidade de desenvolver minha pesquisa de doutorado na Colina do Sol, decidi ir conhecer a praia do lago, onde, nos dias quentes de verão (e aquele era um dos dias mais quentes do verão de 2001), se concentravam quase todos os moradores e freqüentadores dessa comunidade.

Esses primeiros momentos em campo, quando me encontrei em meio a um grupo totalmente desconhecido e, pela primeira vez, estando completamente nu em meio a quase uma centena de outras pessoas completamente nuas, foram particularmente desconfortáveis. Porém, o fato de que a

2 De comum acordo com Miriam, mantive seu nome verdadeiro na pesquisa. Todos os demais nomes presentes foram substituídos por pseudônimos.

artigos

Colina do Sol, como a maioria das áreas naturistas, tem no turismo uma de suas principais atividades, amenizou rapidamente essa sensação. Afinal, como pude constatar na medida em que fui observando as pessoas na praia, eu não era o único “bunda branca”³ presente e, como os naturistas fazem questão de enfatizar, há sempre um freqüentador mais antigo que se encarrega de socializar os recém-chegados (ao mesmo tempo em que observa sua conduta e intenção em estar em uma área naturista, principalmente, como ainda era o meu caso, em relação aos homens solteiros).

Assim, em pouco tempo eu já me senti razoavelmente ambientado para tentar me inserir em uma das muitas rodas de conversa que ocorriam na parte mais rasa do lago. Foi em uma dessas rodas que conheci Miriam e, embora o tema do grupo rapidamente tivesse se esgotado, conversamos o suficiente, inclusive sobre o meu desejo de pesquisar sobre o naturismo, para que continuássemos o assunto na areia, tomando chimarrão junto com o círculo de pessoas mais próximas a ela e de lá seguíssemos juntos para almoçar, com cerca de mais quatro pessoas.

A coincidência de ela ser irmã de um sociólogo, também freqüentador da Colina do Sol, que uma professora da UFRGS havia me indicado como contato apenas aumentou o entrosamento que já demonstrávamos ter. Com isso, quando cheguei à praia no dia seguinte, já tinha uma referência de onde ficar e, ao mesmo

tempo, Miriam, que era uma das freqüentadoras mais antigas da Colina, ia me apresentando aos demais membros da comunidade como alguém que desejava fazer uma pesquisa sobre o naturismo.

Com o término do fim de semana e o retorno da maioria dos visitantes para Porto Alegre e demais cidades vizinhas, dediquei a semana para os contatos com as pessoas que iriam definir a permissão ou não para que eu fizesse a pesquisa⁴ e, embora a companhia de Miriam tivesse sido particularmente agradável, não poderia imaginar que qualquer envolvimento mais profundo pudesse ocorrer. Em primeiro lugar, eu era um “antropólogo em campo” e, como diversos autores (Kulick; Dubisch; Killick, 1995) já mencionaram, também tinha deduzido do silêncio imposto sobre esse tema, que o comportamento ideal de um pesquisador deve variar do celibato a assexualidade. Além disso, a leitura do material de divulgação produzido pelo movimento naturista, no qual a figura do homem solteiro era majoritariamente associada à de um predador sexual, interessado em visitar as áreas naturistas para satisfazer seus desejos eróticos, me colocava em uma situação compreensivelmente defensiva em relação a qualquer envolvimento com qualquer pessoa do grupo.

Essa situação começou a se alterar já na sexta-feira do fim de semana seguinte, quando, tendo ido ao restaurante local para jantar e conversar com as pessoas, percebi a chegada de

3 Embora de forma menos enfática do que no trabalho de Rego (1992) sobre a praia do Pinho, na Colina do Sol também se usa a mudança da cor da bunda, do branco para o bronzeado, passando pelo vermelho, como um indicador da freqüência ou não do visitante às áreas naturistas.

4 Um dos motivos dessa minha primeira ida à campo, em janeiro de 2001, era apresentar pessoalmente a proposta de pesquisa junto ao Conselho Deliberativo da Colina do Sol, órgão que, formalmente, teria o poder de autorizar ou vetar a minha permanência como pesquisador dentro da comunidade.

Miriam, acompanhada de uma amiga. Imediatamente fui ao encontro delas e começamos a falar de como havia sido a semana na Colina, das negociações para obter a autorização, passando depois para temas mais gerais, falando das nossas vidas pessoais e de nossos trabalhos (Miriam é psicóloga), quando percebemos que o restaurante já estava completamente vazio, com a exceção de nós dois, até porque já passava de uma hora da manhã.

Embora o restaurante não fosse longe do camping, ela se ofereceu para me dar uma carona, uma vez que ela havia chegado direto de Porto Alegre para o jantar e ainda estava com seu carro ali no restaurante. Agradei e, com isso, nos encontramos dentro do carro, de madrugada, em uma situação que, em qualquer outra circunstância, teria nos levado a um desfecho diferente do rápido beijo de “boa-noite, obrigado pela carona e até amanhã” que a deixou entre frustrada e surpreendida (como vim a saber dois dias depois, quando conversamos sobre essa noite).

Chego, assim, à noite mal-dormida citada no início deste artigo, sentindo literalmente a sensação de multiplicidade de “*selves*” descrita por Kondo (1990) me levar a um momento de paralisia entre o desejo de envolvimento que parecia “vir de mim mesmo”, ainda que, naquele momento, esse envolvimento parecesse indicar apenas “ficar”⁵

5 Entre a recente produção, na antropologia, sobre o “ficar”, ver Rieth (1996). Embora com diferenças significativas, principalmente no que diz respeito ao envolvimento de relações sexuais, esse termo acabou por ser incorporado por outras faixas etárias.

com Miriam, e a manutenção da imagem de um pesquisador em campo que era para mim, até aquele momento, indissociável de um distanciamento radical no que diz respeito a envolvimento sexual.

Analizando o conflito

Interrompo, nesse momento, a descrição dos aspectos mais pessoais e do contexto no qual meu relacionamento se iniciou para tentar refletir sobre os motivos que me levaram a essa situação de conflito, quase uma “tensão ‘esquizofrênica’ entre a sensualidade do trabalho de campo e as expectativas profissionais da disciplina”, já descrita por Willson (1995: 256).

No desenvolvimento do trabalho de campo, podemos dizer que “fazemos quase tudo com nossos ‘informantes’: compartilhamos suas vidas, comemos com eles, assistimos seus rituais, tornamo-nos parte de suas famílias, até mesmo seus amigos próximos e, algumas vezes, estabelecemos contatos de longa duração. Ao mesmo tempo, nós os ‘usamos’ para atingir nossos objetivos, escrevemos e falamos em contextos públicos sobre aspectos pessoais e mesmo íntimos de suas vidas, apropriando-nos dessas vidas para nossos próprios propósitos profissionais. Pode um relacionamento sexual ser alguma coisa mais íntima, comprometedor ou exploradora do que nossas relações normais com os ‘nativos?’” (Dubisch, 1995:31). Por que, então, é a questão sexual tão encoberta nos relatos, inexistente nas orientações prévias ao

artigos

trabalho de campo, silenciada nas discussões sobre o comportamento ético do antropólogo feitas em nossos congressos⁶? É correto afirmar que não são todos os envolvimento afetivos que afetam significativamente a experiência de campo e que um espaço da preservação da intimidade, principalmente em uma área tão sensível como a sexualidade na formação da identidade “ocidental” (Foucault, 1988), possa ser evocado em certas situações para justificar a sua ausência do texto etnográfico. Essas ressalvas, no entanto, não anulam a constatação de que, mesmo em circunstâncias nas quais a relação entre o antropólogo e uma pessoa do grupo pesquisado tenha sido determinante no desenvolvimento da pesquisa, a reflexividade tão presente em outros temas encontra, na subjetividade erótica do pesquisador em campo, uma barreira quase intransponível.

Essas questões podem ser abordadas a partir de dois eixos principais. O primeiro deles é a permanência de valores associados à “objetividade científica” e à “distância” ou à “neutralidade” do

pesquisador, mesmo após diversas críticas mais ou menos contundentes a essas pretensões, realizadas nos últimos anos. O segundo eixo trata da incorporação, de forma muitas vezes descontextualizada, das denúncias sobre o “desequilíbrio de poder” entre antropólogos e a maioria dos grupos por eles estudados, realizadas principalmente pelos “pós-colonialistas”.

A subjetividade erótica na construção da identidade do pesquisador em campo

O desenvolvimento das técnicas de observação participante trouxe um conflito para a pesquisa antropológica. Em sua busca de afirmação como “ciência”, a antropologia tomou como dados os padrões de objetividade e neutralidade que eram associados às ciências exatas (embora, mesmo entre estas, esses padrões estejam sendo questionados). Ao mesmo tempo, a partir de Malinowski, o antropólogo deveria esforçar-se por um profundo mergulho na vida cotidiana dos povos e grupos pesquisados. Durante muito tempo, a tensão entre essa procura pela “objetividade científica” e os impactos emocionais vividos nas situações de campo foi supostamente resolvida por uma crença de que o comportamento “profissional” dos antropólogos em campo seria suficiente para evitar que suas observações fossem “contaminadas” por influências emocionais (Willson, 1995).

Essa crença encontra-se presente na famosa introdução dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976), em que Malinowski apresenta suas inovações metodológicas. Nesse texto, fica explícito que um dos principais problemas dos relatos da maioria

6 Na XXIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em Gramado-RS (2002), houve uma mesa-redonda sobre a questão do código de ética profissional. Embora eu tenha feito uma questão aos participantes da mesa sobre o tema das relações sexuais em campo, o assunto não foi debatido. Outras referências ao assunto podem ser encontradas no comentário de Roque Laraia que “em 1960, quando comecei a fazer pesquisas em antropologia social, existia apenas um código de ética muito simples que poderia ser resumido em três pontos: a) o antropólogo não pode envolver-se sexualmente com os seus informantes (...)” (Laraia, 1993:2). Atualmente, “no Código de Ética, publicado em 1989 pela Associação Brasileira de Antropologia, embora não haja uma menção explícita à questão do envolvimento sexual do antropólogo, está prescrito que as populações estudadas têm o “direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais” (Silva, 2000:86). Há que se ressaltar que parece haver um movimento de maior abertura para esse tema, que perpassou alguns trabalhos discutidos na V Reunião de Antropologia do Mercosul (2003).

dos missionários, comerciantes e outros representantes dos países coloniais em contato com os “nativos” era que “na maioria das vezes, como era de se esperar, eles tinham opiniões distorcidas e preconceituosas ... embora não deixe de ser extremamente repulsivo para uma mente empenhada em obter uma visão científica, objetiva da realidade” (Malinowski, 1976:29).

Nesse sentido, é compreensível o abalo que a publicação dos diários pessoais de Malinowski, em 1967, produziu no meio acadêmico. Ao demolir a figura do antropólogo que poderia realizar seu trabalho incólume, frente aos impactos subjetivos da participação em campo, a publicação desses diários inseriu novas perspectivas e novos dilemas para a Antropologia.

A confrontação dos diários de campo com os textos etnográficos de Malinowski parece indicar que a solução por ele encontrada, obviamente inconsciente, para esse dilema foi a partição de seu *self* entre uma figura pública de um pesquisador “sério” e objetivo e uma pessoa privada atormentada por suas paixões e preconceitos. Para Clifford (1998) é justamente essa partição, bem como a procura de “modelar” um “eu” coerente, que permite ler a ambos os textos não como revelações mais ou menos verdadeiras de uma experiência concreta, mas como diferentes “programas de verdade”. A partir desse ponto de vista, podemos entender as anotações, em polonês, em seu diário pessoal, como uma tentativa de evitar que as questões científicas pudessem ser contaminadas pelos seus estados subjetivos que, como discute Wengley (1988), eram

atravessados por uma luta permanente para manter seu senso de identidade.

Diferentes pesquisadores construíram alternativas para essa ameaça de perda de identidade que, na ótica de Wengley, é amplamente generalizada, principalmente entre aqueles que se confrontam, em seus trabalhos de campo, com diferenças particularmente opressivas em relação a seus próprios valores. Entre essas alternativas, podemos notar uma mudança na percepção da sexualidade entre os antropólogos, como elemento primordial de manutenção do *self*, de ameaçadora à “aliada”, na medida em que se incorporam a subjetividade e a reflexividade como dados de campo. Essa mudança pode ser mais bem compreendida a partir da comparação dos dois trechos abaixo transcritos.

O antropólogo do sexo masculino, por não se ajustar às categorias nativas de homem e mulher, e portanto não precisando comportar-se como homem em certas circunstâncias, não está submetido às suspeitas, julgamentos e códigos que definem os sexos. Ele realmente está fora dessas categorias, pois está fora da vida social do grupo, por mais que procure identificar-se com ela; *é uma pessoa até certo ponto sem sexo.* (Evans-Pritchard, 1978:308, grifo meu).⁷

Minha imagem menos feminina, supostamente mais neutra, tinha algum, embora pouco, efeito. Para a população da cidade eu fui sempre uma mulher, e

⁷ O que parece demonstrar que Evans-Pritchard parece ter seguido o conselho de Seligman de, em campo, “afastar-se das mulheres”.

artigos

muito jovem para ser sem gênero, como as mulheres velhas eram consideradas” (Conaway, 1986:60).

O texto de Conaway nos impõe o questionamento de que, se a construção da auto-imagem de uma pessoa “até certo ponto sem sexo” ou “supostamente mais neutra”, pode ser importante para a preservação da identidade pessoal ou “para forjar um forte e sempre presente laço com a cultura da qual o antropólogo veio e para a qual ele irá retornar” (Forge, 1967:224), ela não é garantia de que as pessoas com as quais convivemos em campo nos perceberão dessa mesma maneira.

Para construir uma melhor compreensão de como somos vistos, o que considero de significativa importância para entendermos não apenas as limitações da construção de nossa identidade de “pesquisador em campo”, mas toda a produção etnográfica que produzimos – uma vez que esta se realiza a partir das negociações entre as “nossas” visões sobre o “outro” e as visões destes sobre “nós” –, é necessário ir além da constatação de que nossa posição como antropólogo/antropóloga influencia nossa capacidade de acesso às informações e de análise destas. Como os estudos de gênero já demonstraram exaustivamente, temos que ir além das condicionantes fisiológicas do sexo (embora elas também sejam significativos, principalmente em pesquisas sobre o naturismo), para entendermos que são identidades de gênero que se relacionam em campo e que a sexualidade é um de seus componentes fundamentais.

Incorporar a sexualidade como uma dimensão da construção de nossa identidade em campo não implica, obviamente,

transformar o tabu em prescrição. Significa que a impossibilidade/eventualidade/possibilidade de ter envolvimento afetivo/sexuais em campo deve ser considerada, também, a partir de como a questão da sexualidade e do relacionamento *insiders/outsiders* é percebida pelo próprio grupo com o qual convivemos e que, em muitas situações, podem ser radicalmente diferentes das nossas. Assim, “quando vamos para o campo, entramos em uma situação em que as normas que governam os relacionamentos entre locais e estrangeiros já estão estabelecidas. Essas normas incluem a conduta sexual” (Killick, 1995:88).

De uma forma bastante esquemática, essas normas podem indicar que um antropólogo⁸ deva evitar qualquer relacionamento mais íntimo com aqueles com quem está desenvolvendo a pesquisa, como por exemplo em sociedades nas quais a sexualidade feminina é controlada, podem não apresentar qualquer restrição nesse sentido ou podem fazer com que o envolvimento seja não apenas favorável para o desenvolvimento da pesquisa como, em algumas situações-limite, quase necessário para a continuidade do trabalho de campo. Exemplos dessa última situação têm surgido na produção etnográfica mais recente (Wade, 1993; Angrosino, 1986; Gearing, 1995), embora ainda seja praticamente inexistente no Brasil, e mostram que “em alguns casos o celibato do antropólogo pode colocar um problema, desde que as pessoas podem não entender porque alguém assumiria voluntariamente

8 É sempre importante salientar que essas normas variam significativamente quando se trata de um antropólogo ou de uma antropóloga, bem como, em contextos específicos, quando envolve relacionamentos heterossexuais ou homossexuais.

essa situação... ou podem, como Cesara descobriu em seu trabalho na África, olhar uma pessoa sexualmente inativa como doente e propensa a um comportamento errático ou mesmo mau” (Dubisch, 1995:31).

Analisando minha própria experiência de campo, posso perceber que, embora a opção por permanecer celibatário pudesse ter sido racionalmente entendida pela maioria das pessoas da comunidade como decorrente da posição de pesquisador, o estabelecimento de uma relação estável com uma das pessoas que há mais tempo freqüenta a Colina do Sol alterou positivamente a forma e a rapidez com que a minha presença foi aceita dentro do grupo. Acompanhar esse processo de aceitação, bem como comparar com o de outros solteiros que procuravam o naturismo, forneceu importantes elementos para perceber a existência, também na Colina do Sol, de uma hierarquização explícita das pessoas em relação a seu gênero e estado civil, que já havia sido identificada, em pesquisa anterior, na praia do Pinho (Rego,1992). Nessa hierarquia, o homem solteiro (principalmente o homem solteiro adulto) ocupa a posição sobre a qual recai uma carga de suspeição tal que, em muitas áreas, ele sequer é admitido, por exemplo, em clubes fechados tais como o Recanto Paraíso, no Rio de Janeiro. Em outros locais existem cordas de separação ou outros sinais de delimitação entre as áreas familiares (também acessíveis às mulheres solteiras) e as áreas de solteiros – como nas praias do Pinho (SC) e de Tambaba (PB) – e alguns poucos espaços, tais como a Colina do Sol, onde, mesmo aceitos, existe uma maior “seleção” na

permissão para entrada de homens solteiros⁹.

Pude sentir esse processo de seleção pessoalmente, pois mesmo tendo, desde o início de meus contatos com os representantes dessa comunidade, falado dos meus interesses de pesquisa em relação ao naturismo, por diversas vezes fui perguntado se eu iria realmente sozinho. Assim, a autorização formal do Conselho Deliberativo da comunidade, que me foi concedida antes de meu envolvimento com Miriam, garantia “legalidade” à minha presença ali como pesquisador, mas foi a transformação da minha identidade em “dependente” da Miriam, que deu “legitimidade” e tranqüilidade para o conjunto dos moradores e freqüentadores. Ao me colocar como “dependente”, Miriam não apenas me isentava do pagamento de qualquer tipo de taxa para permanecer no ambiente da Colina do Sol (caso contrário eu teria que ter me associado ao clube para poder realizar a pesquisa), mas principalmente assumia, perante a comunidade, a responsabilidade sobre minha conduta dentro do código de ética local.

Sem dúvida, se nosso relacionamento tivesse se restringido àquele primeiro fim de semana, eu poderia correr o risco de ser confundido com o estereótipo dos homens solteiros que tentam entrar na Colina na expectativa de “ficar” com alguém. No entanto, durante todo o ano de 2001, permanecemos em contato através de mensagens eletrônicas e telefonemas, além de oportunidades que tivemos de nos

9 Para realizar uma análise comparativa de outras situações nas quais a posição de homem solteiro é vista como “ameaçadora” pelo grupo pesquisado ver Angrosino (1986) e Turnbull (1986).

artigos

encontrar no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Assim, a continuidade e visibilidade de nossa relação, para a comunidade e para a família de Miriam (dois de seus irmãos freqüentam a Colina, sendo um deles sócio e dono de cabana e, por diversas vezes, estando em Porto Alegre, estive na casa de seus pais), transferiram para mim parte da respeitabilidade que ela havia construído ao freqüentar a Colina praticamente desde a sua fundação.

Os reflexos dessa nova situação em campo foram por demais evidentes: na maior facilidade de conversar e mesmo de freqüentar as casas, principalmente com relação às mulheres; na inevitável transformação de Miriam em minha “informante-chave” (como discutirei no final deste artigo) e em um relativo esmaecimento, entre os naturistas, de minha identificação como antropólogo, principalmente para algumas pessoas mais próximas à Miriam que, até os últimos momentos da minha estada em campo, acreditavam que eu iria radicar-me definitivamente na comunidade. Esse relacionamento atravessou, portanto, todo o processo de observação participante, constituindo-se não apenas em uma experiência pessoal maravilhosa, mas também em uma riquíssima fonte de informações.

Poder e sexo no campo

Se a negação da sexualidade do pesquisador em campo associada à neutralidade devem ser questionadas de forma incisiva, a preocupação com suas manifestações, por estarem atravessadas por desequilíbrios de poder, deve ser

considerada com mais cuidado, ainda que de forma mais contextualizada do que tem sido feito, por envolver questões de ética pessoal e profissional.

Para realizar essa contextualização, é necessário reconhecer que, embora a antropologia venha realizando cada vez mais estudos em sociedades próximas aos pesquisadores, ela ainda permanece associada à idéia de pesquisar não apenas a “diferença”, mas também a “desigualdade”, pensada na maioria das vezes em relação a grupos “desprovidos” de poder político, acesso a bens e serviços e outros parâmetros que os próprios antropólogos definem como necessários e/ou desejáveis (Cardoso, 1997).

A ênfase em estudos de grupos “desprovidos” tem levado a constituir um modelo de relação “pesquisador”/”pesquisado” na qual os envolvimento afetivos e/ou sexuais são pensados, a priori, como um exercício de poder dos primeiros sobre os segundos. O que venho tentando discutir neste artigo é que, embora essa associação entre poder e sexo possa estar presente em certas situações de campo, a análise de relatos de experiências de observação participante que incluíram relações amorosas permite desconstruir uma associação rígida entre sexo e poder como estando mais próxima das construções “ocidentais” de sexualidade, que privilegiam o ponto de vista “branco, heterossexual e masculino” (Killick, 1995), do que da realidade de muitos dos grupos e sociedades que pesquisamos. Além disso, a partir da minha própria experiência de campo, discutirei os reflexos das pesquisas realizadas em grupos “próximos” ao pesquisador (não apenas geograficamente,

mas quanto a padrões socioeconômicos) sobre as relações pessoais, inclusive na alteração das relações de poder estabelecidas em campo.

Diversos autores têm chamado a atenção para as formas pelas quais o encontro antropológico (ou pelo menos certos encontros antropológicos) reproduz o encontro colonial¹⁰. Para o que nos interessa aqui, cabe salientar que esse encontro foi representado, entre outras formas, tanto através da exotização quanto da erotização desse contato, que são “partes intrínsecas de uma visão de mundo imperialista. Perceber o Oriente como um domínio sexual e como um domínio a ser colonizado foram aspirações complementares” (Kabbani, 1986:59). É inegável que essas críticas tiveram o mérito de chamar a atenção para um discurso de exploração implícito no olhar, mesmo no olhar científico, do “Ocidente” sobre os outros povos, bem como a associação, explicitada por Kabbani, entre dominação política e sexual. No entanto, creio que a atenção para um potencial exercício de poder não pode ter como consequência a condenação imediata de qualquer atração sexual em campo como uma expressão de exploração colonialista, pois “algumas vezes, considerar algumas pessoas como sendo parceiros sexuais inapropriados é também uma reação potencialmente racista e neocolonialista” (Gearing, 1995:203).

Sem dúvida, a desconstrução dessa associação imediata entre atração sexual e

exercício de dominação, que vem sendo realizada nos últimos anos, deve muito ao rompimento do silêncio sobre a sexualidade em campo, realizado tanto por antropólogas quanto por pesquisadores e pesquisadoras homossexuais. Mesmo quando realizado por mulheres, como salienta Blackwood (1995), a metáfora tradicional da observação participante ainda carrega muito de uma perspectiva masculina e “ocidental” da posse de um campo “virgem” por um pesquisador (“meu” campo, “meu” grupo).

A crítica reflexiva dos últimos anos tem começado a questionar os pressupostos dessa metáfora e, como citei acima, tem se desenvolvido de forma mais expressiva, ainda que não se limite a estes, entre aqueles que não compartilham objetivamente dessa posição de dominação (“brancos, heterossexuais e homens”). Assim, experiências como as da própria Blackwood, de relacionamentos lésbicos em campo, quando são explicitadas nos relatos etnográficos, forçam a uma rediscussão da associação imediata da posição do antropólogo como pólo dominante de toda e qualquer relação em campo.

De modo algum, no entanto, essas fragmentações da posição dos antropólogos como “símbolos” de determinadas sociedades, que em certos contextos podem ser pensadas como parâmetros de desenvolvimento social para determinados grupos pesquisados, eliminam a necessidade de uma permanente atenção para os aspectos éticos dos relacionamentos construídos em campo. Da mesma forma, a contextualização necessária de cada um desses possíveis relacionamentos não pode deixar de levar em consideração que a sexualidade é percebida no pensamento

10 Dentro da vasta produção sobre a crítica da antropologia “colonialista” e dos estudos, em diversas áreas do conhecimento, que se pretendem “pós-colonialistas”, a obra de Said (1990) pode ser vista como uma das referências-chave, inclusive na relação entre exotização e erotização do outro.

artigos

“ocidental” como um dos espaços de maior intimidade e de capacidade de revelação do *self*, o que reflete de forma incisiva na capacidade de construção do “distanciamento” na pesquisa de campo.

No entanto, dois questionamentos permanecem não respondidos por essas preocupações com as relações de poder e com a “distância”. O primeiro deles, que diz respeito mais diretamente ao trabalho de campo, retorna ao tema da análise de cada situação de campo específica. Assim, diferentes contextos de pesquisa podem implicar significados também diferenciados que a sexualidade do antropólogo assume em campo, com seus respectivos reflexos no estabelecimento de relações de poder particulares e na capacidade de distanciamento para a realização da pesquisa. O segundo questionamento remete especificamente à produção do texto etnográfico. Aqui não se trata mais de decidir entre a pertinência ou não de viver um relacionamento amoroso em campo, mas de explicitar ou não, nas etnografias produzidas, relacionamentos efetivamente vividos em um contexto de pesquisa. Como já expus no início deste artigo, não se trata de propor uma reversão radical do “tabu do silêncio” em regra, definindo como obrigatória a exposição de situações que, em certas circunstâncias, diz respeito muito mais à intimidade das pessoas envolvidas do que à situações significativas de campo. Trata-se, isso sim, de retirar das entrelinhas dos diários de campo não publicados situações que, muitas vezes, são significativas para a compreensão da inserção do antropólogo e da reelaboração de suas questões a partir das situações vividas em campo.

Nesse sentido, as particularidades de minha experiência podem ser vistas como alterando as relações de poder tradicionalmente associadas à pesquisa de campo. A pouca literatura sobre o tema chama a atenção para a existência de alguns relacionamentos de pesquisadores em campo (Wade, 1993; Killick, 1995; Gearing, 1995), cujos parceiros ou parceiras viam no relacionamento com um estrangeiro, principalmente um pesquisador estrangeiro, uma possibilidade de emigração ao final da pesquisa. No meu caso, ao contrário, a estabilidade econômica e social de Miriam, bem como sua situação profissional, nos conscientizava de que dificilmente nossa relação ultrapassaria o período em que eu estivesse em campo (o que efetivamente ocorreu). Além disso, qualquer alteração dessa perspectiva seria muito mais viável pela minha permanência ou retorno para Porto Alegre do que pela mudança de Miriam para o Rio de Janeiro. Assim, seja na situação de campo – onde eu me tornei “dependente” de Miriam e ela virou minha “informante-chave” –, seja nos nossos momentos mais pessoais, tanto em Colina do Sol quanto em Porto Alegre, mantínhamos o que poderia definir como um “equilíbrio instável” em nossas relações de poder.

Namoro, conversas e informações

“A característica mais marcante do trabalho de campo antropológico como forma de conduta é que ele não permite qualquer separação significativa das esferas ocupacional e extra-ocupacional da vida. Ao contrário, ele obriga a essa fusão. *Devemos encontrar amigos entre os informantes e informantes entre os amigos?*” (Geertz, 2001:45, grifo meu).

Havia parado a descrição do início de minha relação com Miriam naquela noite de angústias dentro da barraca para apresentar o caminho teórico que me permitiu refletir sobre essas experiências quando retornei para o Rio de Janeiro. No entanto, como já citei anteriormente, nosso namoro se iniciou logo no dia seguinte e gostaria de concluir este artigo com a discussão sobre as conseqüências de encontrar, mais do que amigos, uma namorada entre os informantes.

Em uma última tentativa de preservar um espaço de neutralidade para a minha pesquisa (apenas frente a situações concretas é que podemos perceber a força dessas construções ideológicas como neutralidade ou objetividade), havia imaginado que poderia ser possível me relacionar com Miriam unicamente como namorado, tentando esquecer que “tudo o que dizemos, tudo o que fazemos e até o simples cenário físico têm que ao mesmo tempo formar a substância de nossa vida pessoal e servir de grão para nosso moinho analítico” (Geertz, 2001:45). Enfim, entre outras coisas, namorados conversam normalmente sobre o que vivem, o que fazem, sobre seus trabalhos e cada uma dessas conversas com Miriam era um manancial de informações que apenas um autômato poderia arquivar em registros separados de tudo o que eu ouvia e presenciava em campo.

Sem dúvida, essa duplicidade de papéis propicia um espaço de ambigüidade tanto para antropólogos como Dubisch que, envolvida em períodos diferentes de seu campo com dois parceiros, questionava se “eles eram informantes ou companheiros? Poderiam ser ambos, sem violar um ou

outro destes papéis?” (Dubisch, 1995:39), como para as próprias pessoas com que nos envolvemos em campo, como ocorreu com a companheira de Blackwood, que, “quando eu lhe disse que estava fazendo pesquisa sobre lésbicas na Indonésia, perguntou se eu estava com ela apenas para recolher informações para o meu estudo. Eu disse a ela que não, que não estava envolvida para colher informações, mas que eu também obtinha muitas informações por estar envolvida” (Blackwood, 1995:68).

Podemos localizar a raiz dessas dúvidas nas construções de nossa sociedade sobre o antagonismo entre emoção e razão, segundo o qual “ser emocional é falhar em processar informações racionalmente e, dessa forma, impedir as possibilidades de ação sensível ou inteligente” (Lutz, 1986:289). Assim, na busca de construir respeitabilidade para os estudos realizados em campo, muitos antropólogos acabam por enfatizar essa oposição, tentando apresentar inclusive características como o gênero e a subjetividade erótica, bem como seus reflexos nas pesquisas, da forma mais “objetiva” possível.

Felizmente, no meu caso particular, essas dúvidas estiveram, na maioria das vezes, mais em meu próprio lado do que no de Miriam, que me pareceu sempre muito à vontade em desempenhar o papel de “informante-chave”, inclusive por sua familiaridade com as pesquisas acadêmicas. Assim, nas conversas que fazíamos sobre os meus progressos em campo, ela sempre trazia um comentário, uma sugestão de aspectos a serem mais bem observados, além da sua apreciação particular do

artigos

processo de implantação e desenvolvimento da comunidade, já que estava na Colina do Sol praticamente desde a sua inauguração.

Através de Miriam tive também acesso a algumas pessoas que, já tendo participado do movimento naturista em geral, e da Colina do Sol em particular, optaram por se retirar, ou foram, de maneira explícita ou implícita, afastados da comunidade. Essas pessoas me permitiram conhecer as interpretações daqueles que foram “expulsos do paraíso”, o que contribuiu em muito para a ampliação de minha compreensão sobre esse movimento. Também por seu intermédio e de seu irmão, ligado à área de teatro, pude realizar algumas entrevistas com atrizes de teatro que já realizaram peças com nu total, além de ter assistido a uma peça que explora diretamente a questão do corpo nu, situações que contribuíram na obtenção de um olhar diferente sobre o naturismo, sobre o tema da nudez.

Dessa forma, como acredito que ocorra em qualquer relação de namoro, pelo menos do modo como eu entendo uma relação de namoro, Miriam foi não apenas uma companheira que transformou o campo, sempre repleto de tensões e momentos de solidão, em um período que será sempre recordado, também, por lembranças afetivas de carinho. Foi a minha principal informante, pela quantidade e qualidade dos dados que me fornecia e pela singularidade de sua percepção diacrônica dos fatos, que poucas pessoas na comunidade poderiam me fornecer. Foi, por fim, uma colaboradora na pesquisa, com quem discuti interpretações, que leu meus primeiros esboços e que, com seu olhar

psicanalítico, possibilitava outras leituras dos acontecimentos que se desenrolavam em campo.

Sem querer deduzir dessas minhas vivências nenhuma regra de comportamento para pesquisadores em campo, essas experiências permitem, pelo menos, questionar a necessidade de separação entre “informantes” que não podem ser amantes (embora possam ser amigos, como apontava Geertz) e amantes que não devem ser “informantes”. Acredito sinceramente que, embora longe de ser generalizável, o meu caso não foi o único em que cada uma dessas identidades – “namorado”; “namorada”; “antropólogo” e “informante” – trouxe elementos interessantes não apenas para o nosso relacionamento, mas para a minha pesquisa e, acredito, para o próprio trabalho de Miriam como uma profissional que também lida diretamente com os valores e sentimentos das pessoas.

Assim, ao trazer essas tensões da experiência de campo para o texto etnográfico, tenho dois objetivos. Em primeiro lugar, apresentar da forma mais completa possível as condições, objetivas e subjetivas, em que realizei minhas observações. Em segundo lugar, contribuir para a crítica de um tabu pouco questionado em nossa disciplina, possibilitando que futuros pesquisadores possam se relacionar tanto com sua afetividade em campo, o que alguns poucos já fazem, quanto com os reflexos dessa afetividade em seus trabalhos, que até agora têm estado restrito ao que um colega chamou de “seção de fofocas” da antropologia.

Artigo aceito para publicação em 14 de abril de 2004.

Bibliografia

- ANGROSINO, Michael. Son and lover: the anthropologist as nonthreatening male. In: WHITEHEAD, Tony Larry & CONAWAY, Mary Ellen (eds.). *Self, sex, and gender in cross-cultural fieldwork*. Illinois: University of Illinois Press, 1986.
- BLACKWOOD, Evelyn. Falling in love with an-Other lesbian: reflections on identity in fieldwork. In: KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (eds.) *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London: Routledge, 1995.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (org.) *A aventura antropológica*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CONAWAY, Mary Ellen. The pretense of the neutral researcher. In: WHITEHEAD, Tony Larry & CONAWAY, Mary Ellen (eds.). *Self, sex, and gender in cross-cultural fieldwork*. Illinois: University of Illinois Press, 1986.
- DUBISCH, Jill. Lovers in the field: sex, dominance, and the female anthropologist. In: KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (eds.) *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London: Routledge, 1995.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- FORGE, Anthony. *The lonely anthropologist*. New Society: 221-224, 1967.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol.1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GEARING, Jean. Fear and loving in the West Indies: research from the heart (as well as the head). In: KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (eds.) *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London: Routledge, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *Conocimiento local*. Barcelona: Editorial Paidós, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KABBANI, Rana. *Europe's myths of Orient: devise and rule*. London: Macmillan, 1986.
- KILLICK, Andrew. The penetrating intellect: on being white, straight, and male in Korea. In: KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (eds.) *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London: Routledge, 1995.

artigos

- KONDO, Dorine. *Crafting selves: power, gender and discourses of identity in a Japanese workplace*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- KULICK, Don. The sexual life of anthropologists: erotic subjectivity and ethnographic work. In: KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (eds.) *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London: Routledge, 1995.
- LARAIA, Roque. *Ética e Antropologia: algumas questões*. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- LUTZ, Catherine. Emotion, thought and estrangement: emotion as a cultural category. *Cultural Anthropology*, vol 3, n° 1, p. 287-309, 1986.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- REGO, Márcia Souza. *O nu e o vestido: uma etnografia da nudez na praia do Pinho*. PPGAS/UFSC: Dissertação de Mestrado, 1992.
- RIETH, Flávia. *Ficar/namorar: conhecer a si através do outro*. Comunicação realizada no XXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu (MG), 1996.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- TURNBULL, Colin. Sex and gender: the role of subjectivity in field research. In: WHITEHEAD, Tony Larry & CONAWAY, Mary Ellen (eds.). *Self, sex, and gender in cross-cultural fieldwork*. Illinois: University of Illinois Press, 1986.
- WADE, Peter. Sexuality and masculinity in fieldwork among Colombian blacks. In: BELL, Diane; CAPLAN, Pat & KARIM, Wazir Jahan (eds.) *Gendered fields: women, men & ethnography*. London: Routledge, 1993.
- WARREN, Carol. *Gender issues in field research*. Beverly Hills: Sage, 1988.
- WENGLEY, John L. *Ethnographers in the field: the psychology of research*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1988.
- WILLSON, Margareth. Perspective and difference: sexualization, the field, and the ethnographer. In: KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (eds.) *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London: Routledge, 1995.